



**ACÓRDÃO Nº1654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11287/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Messias Dantas Ferreira (Ordenador de Despesa), Francisco Andrade Braz (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.886/2022 – MP–ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Sr. **Francisco Andrade Braz**, enquanto gestor da Câmara Municipal de Caapiranga, no período de 01/01/2018 à 24/01/2018, nos termos artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM c/c artigo 188, inciso I, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCEAM, pela restrição 1 da notificação nº 02/2019 – CI-DICAMI, que permaneceu não sanada;

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Sr. **Messias Dantas Ferreira**, enquanto gestor da Câmara Municipal de Caapiranga, no período de 25/01/2018 à 31/12/2018, nos termos artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM c/c artigo 188, inciso I, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002 - RITCEAM, pelas restrições 3, 6, 12, 13 da DICAMI, achados 1, 2 e 3 da DICREA e restrições 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4 da DICOP, todas contidas na notificação nº 01/2019 – CI- DICAMI/DICOP/DICREA;

**10.3. Considerar em Alcance** o Sr. **Messias Dantas Ferreira**, no valor de **R\$ 13.700,00**, com fundamento no artigo 25 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM c/c artigo 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002 – RITCEAM



**ACÓRDÃO Nº1654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

referente a saques realizados da conta bancária sem comprovação da destinação da despesa, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Caapiranga;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Messias Dantas Ferreira** no valor de **R\$13.654,39**, com fulcro no artigo 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, pelas graves infrações à norma, quais sejam: item 4.d da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T) 16.5 (ausência de registro da depreciação dos bens); artigo 96 da Lei nº 4.320/1964 (ausência do levantamento periódico dos bens móveis e imóveis com base no inventário analítico e na escrituração da contabilidade e de controles específicos de almoxarifado); artigos 1, §1º e 42, ambos da Lei Complementar nº 101/2000 (insuficiência de caixa para cobrir as obrigações financeiras); artigos 48 e 48-A, ambos da Lei Complementar nº 101/2000 (portal de transparência desatualizado); artigos 1º e 2º da Lei nº 6.496/77 e artigo 67 da Lei nº 8.666/1993 (ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), tanto na elaboração do projeto básico, quanto na execução e fiscalização do contrato nº 001-A/2018); e item 2.4, contido do Anexo 2, da Resolução nº 27/2012 – TCE/AM (orçamento do contrato nº 001-A/2018 sem composição de custos unitários que apresentem coeficientes de produtividade, consumo e preço, inclusive BDI e leis sociais, com base em sistemas de referência ou criados com base em preços de mercado), todas as restrições contidas na notificação nº 01/2019 – CI- DICAMI/DICOP/DICREA. **Fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº1654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Messias Dantas Ferreira**, no valor de **R\$ 3.413,58**, com fulcro no artigo 54, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, pelo atraso na publicação dos relatórios de gestão fiscal – RGF, do 1º e 2º semestres de 2018, conforme achado 1 da DICREA que permaneceu não sanado. **Fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Dar ciência** da decisão ao Sr. Francisco Andrade Braz;

**10.7. Dar ciência** da decisão ao Sr. Messias Dantas Ferreira;

**10.8. Dar ciência** da decisão à Câmara Municipal de Caapiranga.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Setembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.



**ACÓRDÃO Nº1654/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral